



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO DESTINADA A APRECIAR A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2020, 1º QUADRIMESTRE DE 2021 E 2º QUADRIMESTRE DE 2021

EM: 19.10.2021

INÍCIO: 14h23min

PRESIDENTE: SR. CHIQUINHO DA EMATER

MEMBROS: SR. DR. NEIDSON

SR. RIBAMAR ARAÚJO

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Boa tarde a todos. Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, aos 19 dias do mês de outubro de 2021, declaro aberta a 1ª Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais referentes aos seguintes quadrimestres: 3º

Quadrimestre 2020, 1º Quadrimestre 2021 e o 2º Quadrimestre 2021.

Registro aqui a presença dos deputados Lazinho da Fetagro, Dr. Neidson e Deputado Chiquinho da Emater.

Agradeço aqui a presença da Equipe Técnica da Sefin, que se encontra aqui com a gente na Audiência Pública. Carla Claro Campos Saldanha, controladora; Daniele Raiane Ribeiro da Silva, contadora; Jurandir Cláudio Dadda, superintendente de contabilidade; Ednaldo Gomes de Paiva Sodré, gerente de normas e acompanhamento fiscal. Sejam todos bem-vindos aqui, vocês da Sefin. É um prazer estarem aqui com a gente.

Os deputados querem falar alguma coisa ou só posteriormente? Então, já abrir aqui a palavra para vocês, que o nosso tempo aqui é muito curto, para vocês apresentarem aqui o relatório, que é uma obrigação do Governo do Estado, Deputado Lazinho da Fetagro e Deputado Dr. Neidson, vir aqui a cada quadrimestre apresentar essas metas aqui. Sejam bem-vindos.

A SRA. CARLA CLARO CAMPOS SALDANHA - Boa tarde. Eu sou Carla, contadora da Superintendência de Contabilidade da Sefin. E vamos apresentar a avaliação e o cumprimento das metas fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2020 e 1º e 2º Quadrimestres de 2021.

O Orçamento de 2020 foi sancionado pela Lei 4.709, de 30 de dezembro de 2019, e estimou a receita e fixou a despesa em igual valor no montante de R\$ 8 bi 539 (R\$ 8,539 bilhões). Já o Orçamento de 2021 foi aprovado pela Lei 4.938, de 30 de dezembro de 2020, e estimou a receita e fixou a despesa em igual valor no montante de R\$ 8 bi 620

(R\$ 8,620 bilhões). E assim demonstra o equilíbrio entre as receitas e despesas.

A Execução Orçamentária da Receita. O Balanço Orçamentário, ele demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com a realizada. Ele apresenta no Anexo I do Relatório resumido da Execução Orçamentária.

Assim, as receitas totais integram receita corrente mais receita de capital. Então, as receitas correntes, no 3º Quadrimestre de 2020, a previsão atualizada foi de R\$ 8 bi 804 (R\$ 8.804.306.621,35), e foi realizado, em 2020, R\$ 9 bi 087 milhões (R\$ 9.087.200.743,77). Isso numa variação de 103% (103,21%) em relação à prevista. Em 2019, no exercício anterior, foi de R\$ 8 bi 105 (R\$ 8.105.321.076,64), representando uma variação de 12,11%.

As receitas correntes são integradas pelas receitas de impostos, taxas e contribuições, as de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e outras transferências. A que mais se destaca na sua previsão atualizada e na sua realização são as transferências correntes, que teve uma previsão de R\$ 5 bi 021 milhões (R\$ 5.021.146.648,05), e foi arrecadado R\$ 4 bi 916 (R\$ 4.916.363.626,75), e as receitas de impostos, com R\$ 4 bi 801 (R\$ 4.801.653.948,00), e realizado de R\$ 5 bi 380 (R\$ 5.380.962.163,86). Dessas receitas ocorrem as deduções, que representam o Fundeb, transferência aos municípios e outras deduções, que representaram R\$ 2 bi 327 milhões (R\$ 2.327.599.503,00) e R\$ 2 bi 506 (R\$ 2.506.777.549,49) na realizada. E em 2019, no exercício anterior, de R\$ 2 bi 407 (R\$ 2.407.036.052,78), tendo uma variação de 4,1%. Já as receitas de capital e as receitas intraorçamentárias, foi prevista R\$ 409 milhões 620 (R\$ 409.620.262,59), e realizada R\$ 65.813 (R\$ 65.813.565,69), isso tendo uma

variação positiva de 16,07% em referência à previsão atualizada. E referente ao exercício anterior, foi de R\$ 39 milhões 746 (R\$ 39.746.411,34), com uma variação de 65,6% em relação a de 2019. As receitas intraorçamentárias, que perfazem R\$ 9 milhões 384 (R\$ 9.384,00), e foram arrecadados em 2020 R\$ 2 milhões 209 (R\$ 2.209.647,40). Isso perfaz tudo um total de R\$ 9 bilhões e 881 (R\$ 9.881.624,415,94) como previsão atualizada, e foram realizadas R\$ 9 bi 581 (R\$ 9.581.893.909,84). Isso representa 96,97% referente ao previsto, e uma variação de 12,76% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao 1º e 2º Quadrimestre, foram apresentadas como receitas correntes R\$ 8 bi 215 milhões (R\$ 8.215.877.180,64) como previsto, e foi realizado, até o momento, até o 2º Quadrimestre, R\$ 6 bi 540 (R\$ 6.540.321.615,65). Isso perfaz uma variação de 79,61%. E quanto ao exercício de 2020, perfaz uma variação de 12,50%.

Já as Receitas de Capital foram de R\$ 158 milhões (R\$ 158.020.281,71) previstas e realizadas R\$ 38 milhões (R\$ 38.729.273,07). E isso dá um total de R\$ 8 bi 701 (R\$ 8.701.034.868,35) e realizadas R\$ 6 bi 764 (R\$ 6.764.700.396,51). Uma variação de 77,75%. E referente ao mesmo período do Exercício anterior uma variação de 12,02%. Isso até 31 de agosto de 2021.

As Receitas Correntes, aqui demonstra a porcentagem quanto à Receita Total. Então, como representa as Transferências Correntes, são os carros-chefes, representam 46% da receita arrecadada. E as Receitas de Impostos vêm logo em seguida com 36%, isso no 3º Quadrimestre de 2020. No 1º e 2º Quadrimestre de 2021 temos também as Transferências Correntes que perfazem 45% do total das receitas, e as Receitas de Impostos que perfazem 41%.

As Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição, referente ao 3º quadrimestre de 2020. O total foi de R\$ 3 bi 056 (R\$ 3.056.948.889,00) a previsão atualizada, e foi arrecada R\$ 3 bi 410 (R\$ 3.410.558.195,34). Uma variação de 111% (111,57%) em relação ao previsto. E referente ao Exercício de 2019, foram R\$ 3 bi 166 (R\$ 3.166.028.022,56) perfazendo uma variação de 8%. Dessas Receitas de Impostos, de Taxa e Contribuição se destaca o ICMS com a maior arrecadação, de R\$ 2 bi 684 (R\$ 2.684.075.853,66), que até o momento foram 116% (116,86%) realizada em relação à previsão atualizada e 10% em relação ao Exercício anterior.

Já no 2º Quadrimestre foram previstas, a previsão atualizada, R\$ 3 bilhões 316 (R\$ 3.316.871.154,00) e foi realizada até 31 de agosto R\$ 2 bi 741 (R\$ 2.741.938.723,85). Realizado até o momento 82,67% frente à previsão.

No mesmo período do Exercício anterior, foram de R\$ 2 bi 097 (R\$ 2.097.591.924,70), temos uma variação positiva de 31% referente ao Exercício anterior.

E como vem se destacando em 2021, o ICMS é o que possui a maior arrecadação com R\$ 2 bi 223 milhões (R\$ 2.223.606.102,33). Até o momento foram realizadas 83% (83,06%) da previsão.

Aqui, demonstramos a realização da Receita quanto à previsão e à realização. O ICMS já foi realizado 83,06% referente à previsão, ao que foi previsto. O IPVA foi arrecado 110% (110,66%), 10% além do previsto. E o ITCD já foi realizado 149% (149,01%), 49% além do já previsto.

As Receitas Tributárias. Apresentando, aqui, temos, como já mencionado, o ICMS que é o carro-chefe nessa origem de receitas, temos 79% da receita total arrecada, das Receitas Tributárias, referentes ao ICMS. E em segundo vem

o Imposto de Renda com 12%. Já no 1º e 2º Quadrimestre de 2021, o ICMS também se destaca com 82%, vindo em seguida o Imposto de Renda com 9%.

Quanto às Transferências Correntes no 3º Quadrimestre de 2020, as Transferências Correntes são integradas pelo Cota-Parte FPE, pelo IPI, pela CIDE, pelo IOF, Compensação de Recursos Naturais, do SUS, do FNDE, da Lei Kandir, de Convênios, do FUNDEB e outras Transferências. Assim, perfez, no 3º Quadrimestre de 2020, uma previsão atualizada de R\$ 4 bi 438 milhões (R\$ 4.438.252.204,05) e foi realizada R\$ 4 bi 379 (R\$ 4.379.990.045,78), ou seja, 98% (98,69%) da receita prevista.

Referente a 2019, foram arrecadados R\$ 3 bi 671 (R\$ 3.671.543.711,17) o que perfaz 19% (19,30%) de 2020 em relação a 2019. Assim, demonstra as transferências Correntes. A que mais se destaca nessa origem de receitas seria a coparticipação do FPE que perfaz 48% do total das Transferências Correntes, recebidas pelo Estado. E em segundo vem as Outras Transferências com 24%. Em terceiro, o FUNDEB com 20% e em seguida os recursos do SUS com 8%.

O 2º Quadrimestre de 2021, temos as Transferências Correntes que foram previstas, com previsão atualizada com R\$ 3 bi 873 (R\$ 3.873.788.876,84) e foi realizada até o 2º Quadrimestre R\$ 3 bi 005 milhões (R\$ 3.005.572.174,10), sendo 77,59% realizado em relação ao previsto. E quanto ao mesmo período do Exercício do ano anterior teve uma variação de 3,94% positiva.

Assim, a Cota-Parte do FPE, que foi prevista de R\$ 3 bilhões 035 (R\$ 3.035.153.489,00) já foram realizadas R\$ 2 bi 352 (R\$ 2.352.392.783,95), ou seja, 77% (77,50%) já foi realizado dessa receita. Em relação ao Exercício anterior, 36,30%.

Aqui demonstramos também o percentual sobre a Receita Total das transferências referentes ao 1º e 2º Quadrimestre de 2021. Encontramos o FPE com a maior arrecadação, 63% da Receita Total de Transferências Correntes; em segundo, o FUNDEB; em terceiro, os recursos do SUS; e em quinto as Outras Transferências.

Apresentando agora as Despesas. As despesas totais são as Despesas Correntes mais as Despesas de Capital. No 3º Quadrimestre de 2020, temos como dotação atualizada R\$ 8 bi 538 milhões (R\$ 8.538.479.204,73), sendo liquidadas R\$ 6 bi 616 (R\$ 6.616.570.622,27). Empenhadas, R\$ 7 bi 141 (R\$ 7.141.434.612,10), onde foi realizada quanto à previsão 83%(83,6%). Quanto ao mesmo período do exercício anterior, temos como liquidadas R\$ 6 bi 433 milhões (R\$ 6.433.872.501,23) e empenhadas R\$ 6 bi 609 (R\$ 6.609.544.122,18), onde temos uma variação a maior de 8% em relação ao exercício anterior. Isso como despesas correntes. Onde as despesas de pessoal foram empenhadas R\$ 4 bi 601 (R\$ 4.601.650.031,62), sendo uma variação de 87% (87,9%) quanto ao previsto.

Quanto aos pagamentos de juros, as empenhadas foram R\$ 104 milhões (R\$ 104.621.906,54), perfazendo 95% da prevista. E outras despesas correntes foram R\$ 2 bi 435 (R\$ 2.435.162.673,94), perfazendo 76% (76,3%) da dotação atualizada.

Já as despesas de capital, foram fixadas R\$ 1 bi 557 (R\$ 1.557.348.742,94), sendo empenhados R\$ 916 milhões (R\$ 916.746.251,38), onde foi realizada 58,9% da dotação atualizada. Isso perfaz um total das despesas dotadas de R\$ 10 bi 750 milhões (R\$ 10.750.684.153,31), liquidadas R\$ 7 bi 433 (R\$ 7.433.202.229,05), empenhadas de R\$ 8 bi 358 milhões (R\$ 8.358.039.066,91), onde 77% (77,7%) foi

realizada quanto à dotação atualizada. E referente ao exercício anterior, perfaz 9,8% positivo.

Quanto ao 3º Quadrimestre de 2020, diante das despesas totais, o que mais se destaca são as despesas com pessoal, onde 55% das despesas foram realizadas, realizadas por despesa de pessoal e, em segundo, são outras despesas correntes.

Já no 1º e 2º Quadrimestres de 2021, temos a despesa corrente que foi fixada por R\$ 8 bi 649 milhões (R\$ 8.649.100.837,68), a liquidada R\$ 4 bi 346 milhões (R\$ 4.346.184.266,50) e pelas empenhadas R\$ 5 bi 296 (R\$ 5.296.324.241,60), onde foi realizada 50% (50,03%) da dotação atualizada. E referente ao exercício anterior, tem uma variação a maior de 8,2%.

Já a despesa de capital foi fixada R\$ 1 bi 143 milhões (R\$ 1.143.252.958,39) e empenhada R\$ 439 milhões 785 (R\$ 439.785.083,52), onde foi realizado 15,4% frente à dotação atualizada. E quanto ao exercício anterior, tivemos uma redução de 29,5%.

Assim, o total dessas despesas foi, até o 2º Quadrimestre de 2021, foi a dotação atualizada de R\$ 10 bi 529 (R\$ 10.529.874.586,12), liquidada de R\$ 4 bi 718 (R\$ 4.718.521.061,02) e empenhada R\$ 5 bi 946 (R\$ 5.946.820.337,40). Ou seja, uma variação de 44,8% frente às dotações atualizadas.

Quanto ao 1º e 2º Quadrimestres, o que se destaca dentro das despesas atualizadas, são as despesas com pessoal e encargos sociais, que representam 54%; as outras despesas correntes com 34%; despesas de capital, 7%; e juros e encargos da dívida com 1%; e as despesas intraorçamentárias com 4%.

Quanto ao resultado orçamentário, onde nós temos as receitas correntes em 2020 realizadas com R\$ 9 bi 513 milhões (R\$ 9.513.870.696,75). Em 2019 com R\$ 8 bi 454 (R\$ 8.454.129.744,59). E as despesas correntes com R\$ 7 bi 440 (R\$ 7.440.732.815,53). Em 2019, com R\$ 6 bi 945 (R\$ 6.945.001.341,61). Isso nós estamos com um resultado positivo – um superávit – de R\$ 2 bi 073 (2.073.137.881,22) em 2020, e em 2019 R\$ 1 bilhão e 509 milhões (R\$ 1.509.128.402,98),isso tendo um aumento de superávit de 37,37% referente ao exercício anterior.

Já quanto às despesas de capital, nós tivemos uma receita de R\$ 68 milhões e 023 (R\$ 68.023.213,09) em 2020, e despesa de R\$ 917 milhões 306 (R\$ 917.306.251,38). Isso teve um déficit de R\$ 849 milhões (R\$ 849.283.038,29). Fazendo uma apuração total, juntando as despesas correntes de capital, nós temos o resultado de R\$ 1 bi 223 854 milhões (R\$ 1.223.854.842,93) como superávit. Isso dá uma variação de 38,79% em relação ao exercício de 2019.

Já o 1º e 2º Quadrimestres, nós temos um superávit – que é a diferença da receita com a despesa – de R\$ 1 bilhão 218 milhões (R\$ 1.218.382.619,58). Em 2019, referente ao mesmo período, temos de R\$ 1 bilhão 098 (R\$ 1.098.238.788,07). Isso uma variação de 10,94%, isso no superávit corrente. Já no capital, tivemos um déficit de R\$ 400 milhões (R\$ 400.502.560,47); e em 2020 de R\$ 377 milhões (R\$ 377.688.823,94). Isso, fazendo a contabilização total da corrente junto com a capital, nós temos um superávit de R\$ 817 milhões 880 (R\$ 817.880.059,11) isso até o 2º Quadrimestre de 2021, sendo uma variação positiva de 13,51% referente ao exercício de 2020.

Quanto aos limites cumpridos, quanto à despesa de pessoal, aplicação em Educação e aplicação em Saúde. 3º Quadrimestre de 2020 quanto à despesa de pessoal, no

Executivo foi realizado R\$ 3 bi 264 (R\$ 3.264.132.601,87). Isso perfaz um percentual de 37,57% em relação à receita corrente líquida que, neste período, foi de R\$ 8 bi 688 (R\$ 8.688.688.787,00). Isso demonstra que estamos abaixo do limite de alerta, onde, pelo Executivo, foi realizado R\$ 3 bi 206 (R\$ 3.206.750.940,67), perfazendo 36,91%; e pela Defensoria Pública, R\$ 57 milhões (R\$ 57.381.661,20), que perfaz 0,66% sobre a despesa corrente líquida.

No 1º e 2º Quadrimestres de 2021, temos a realização com despesa de pessoal R\$ 3 bi 406 milhões (R\$ 3.406.841.637,93), onde representa 36,01% frente à receita corrente líquida, que representa R\$ 9 bi 460 milhões (R\$ 9.460.264.227,25). Isso também representa que nós estamos ainda abaixo do limite de alerta.

Quanto à aplicação em educação, o índice da educação. No 3º Quadrimestre de 2020, temos um total de Receita Líquida de Impostos de R\$ 6 bi 599 milhões (R\$ 6.599.184.614,65). E, em 2019, R\$ 6 bi 480 (R\$ 6.480.265.064,51).

Quanto ao Total da Despesa, foram em 2020 R\$ 1 bi 723 (R\$ 1.723.083.783,44), e em 2019 de R\$ 1 bi 680 (R\$ 1.680.157.942,09). Isso representa, em 2020, 26,11% da Receita de Impostos; e em 2019 de 25,93%, onde o índice constitucional determinado é de 25% sobre a Receita de Impostos.

Já no 1º e 2º Quadrimestres de 2021...

O SR. DR. NEIDSON - Aquele anterior ali era da Educação? **(fora do microfone)**.

A SRA. CARLA CLARO CAMPOS SALDANHA - Da Educação. Isso. Aí é sobre...

O SR. DR. NEIDSON - Na pandemia foi gasto mais do que sem pandemia? **(fora do microfone)**.

A SRA. CARLA CLARO CAMPOS SALDANHA - Então, esse aí é sobre a Despesa empenhada, porque é do 3º Quadrimestre, e até o 3º Quadrimestre é pela Despesa empenhada.

Já no 1º e 2º Quadrimestres é pela despesa liquidada, que até o 5º bimestre é apurado pela Despesa liquidada. E até o momento, até 31 de agosto, perfaz o percentual de 17,98%, onde a Receita Total de Impostos foi de R\$ 5 bi 579 (R\$ 5.579.975.365,05), e a Despesa executada de R\$ 1 bi e 3 milhões (R\$ 1.003.392.574,23).

Quanto à Saúde. No 3º Quadrimestre foi realizado quanto à Receita de Impostos R\$ 6 bi 598 milhões (R\$ 6.598.247.905,32). E foram executadas as despesas de R\$ 910 milhões 762 (R\$ 910.762.334,52), que perfaz 13,80%. Aqui, como também refere-se ao 3º quadrimestre, aqui é apurado pela Despesa empenhada.

O 1º e 2º Quadrimestres, a Receita apurada foi de R\$ 5 bi 579 (R\$ 5.579.186.070,65) e o total de Despesa realizada foi de R\$ 508 milhões (R\$ 508.794.374,33). Como aqui também é apurado pelo 2º Quadrimestre, esses dados são através da Despesa liquidada. Aqui foi apurado o percentual de 9,12%. O percentual determinado é de 12%. Quanto a 2019, no mesmo período, foi apurado de 12,88%.

Quanto ao Resultado Primário (Metas da LDO). O Resultado Primário demonstra a capacidade de o Estado

honrar os seus pagamentos de serviços e outros. No 3º Quadrimestre, nós tivemos as Receitas Fiscais Correntes, onde são excluídas aqui as Operações de Crédito, Alienações, Despesas com juros – não se incluem nessas receitas. Nessas Receitas Fiscais Correntes foram apurados em 2020 R\$ 8 bi 724 (R\$ 8.724.913.092,11); e, em 2019, R\$ 7 bi 763 (R\$ 7.763.703.262,68).

E as Receitas Fiscais de Capital foram, em 2020, de R\$ 65 milhões 813 (R\$ 65.813.565,69); e, em 2019, R\$ 39 milhões 746 (R\$ 39.746.411,34). Então, nós temos uma Receita Fiscal Total de R\$ 8 bi 790 (R\$ 8.790.726.657,80) em 2020; e R\$ 7 bi 803 (R\$ 7.803.449.674,02) em 2019.

As Despesas Fiscais Correntes, temos de R\$ 6 bi 629 milhões (R\$ 6.629.681.818,37) em 2020. Em 2019, R\$ 6 bi 424 (R\$ 6.424.148.325,49).

As Despesas Fiscais de Capital, temos de R\$ 532 milhões (R\$ 532.407.627,36); e em 2019, R\$ 374 milhões (R\$ 374.573.685,38). Isso a gente traz o Resultado Primário de R\$ 1 bilhão e 628 (R\$ 1.628.637.212,07) em 2020; e, em 2019, de R\$ 1 bilhão e 4 milhões (R\$ 1.004.727.663,15), onde representava a Meta Fiscal na LDO, para o exercício de 2020, R\$ 213 milhões 156 (R\$ 213.156.428,00).

Já no 2º quadrimestre de 2021, nós temos mais Receita Fiscal Total de R\$ 6 bi 430 (R\$ 6.430.645.203,34); e em 2020, no mesmo período, de R\$ 5 bi 615 (R\$ 5.615.293.472,27). Com Despesas Totais, temos de R\$ 4 bi 893 (R\$ 4.893.104.398,83); e, em 2020, de R\$ 4 bi 398 (R\$ 4.398.330.492,10).

Isso temos um Resultado Primário de R\$ 1 bi 537 (R\$ 1.537.540.804,51), em 2021; e em 2020, de R\$ 1 bi 216 (R\$ 1.216.962.980,17), onde em 2021 foi fixado na LDO uma Meta Fiscal de R\$ 35 milhões 530 (R\$ 35.530.117,00).

Já o Resultado Nominal, que representa a variação da dívida do Estado. Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos como Dívida Consolidada R\$ 4 bi 463 (R\$ 4.463.319.242,57). E em 2020, tínhamos R\$ 5 bi 113 milhões (R\$ 5.113.000.568,35).

Temos as deduções, com a Disponibilidade de Caixa. Em 2019, de R\$ 2 bi 381 (R\$ 2.381.218.206,59). Em 2020, temos de R\$ 3 bilhões 450 (R\$ 3.450.665.557,44). Deduzindo também os Restos a Pagar, em 2019, de R\$ 101 milhões (R\$ 101.418.158,52); em 2020, de R\$ 134 milhões (R\$ 134.302.382,68). Com os demais Haveres, deduzindo também, temos, em 2019, R\$ 21 milhões (R\$ 21.825.535,19); e, em 2020, R\$ 15 milhões (R\$ 15.596.032,61). E assim temos a Dívida Líquida, que em 2019 perfaz um valor de R\$ 2 bilhões 161 (R\$ 2.161.693.659,31); e em 2020, R\$ 1 bilhão 781 (R\$ 1.781.041.360,98).

E assim temos o Resultado Nominal, onde a diferença entre 2019 e 2020 é de R\$ 380 milhões 652 (R\$ 380.652.298,33). E foi determinada nas Metas Fiscais, na LDO, uma variação de R\$ 264 milhões 919 (R\$ 264.919.881,00).

Já no 1º e o 2º quadrimestres de 2021, nós temos a Dívida Consolidada, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5 bilhões 113 (R\$ 5.113.000.568,35). E em 31 de agosto de 2021, de R\$ 5 bi 057 milhões (R\$ 5.057.881.613,06).

Deduzindo dessa Dívida Consolidada temos, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 3 bilhões 331 (R\$ 3.331.959.207,37); e em 2021, R\$ 5 bi 492 (R\$ 5.492.698.054,39). Assim, temos uma Dívida Líquida, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1 bi 781 (R\$ 1.781.041.360,98); e em 31 de agosto de 2021, um resultado negativo de R\$ 434 milhões 816 (R\$ 434.816.441,33). Esse resultado negativo demonstra que nós

temos uma disponibilidade de caixa maior do que o valor da Dívida.

E temos um Resultado Nominal, que se refere à Dívida Fiscal Líquida, de R\$ 2 bi 215 milhões 857 (R\$ 2.215.857.802,31).

O que foi determinado na LDO, como Meta de Resultado, R\$ 147 milhões 185 (R\$ 147.185.111,00).

Quanto ao acompanhamento da gestão fiscal pelo Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas apurou o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do 3º bimestre pela Decisão Monocrática 209 de 2021 (DM 0209/2021-GCESS, Processo 02184-TCE-RO), onde deu como parecer, os relatórios, como regular. E em 2021, o primeiro quadrimestre e o 2º bimestre do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, também deu como parecer o relatório como regular. E é isso. Agradecemos aí a disposição.

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ- Presidente, acho que houve, por parte do Deputado, um questionamento... Uma pergunta? Sim?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Não, acho que ele se surpreendeu que a Execução, lá em 2020, na Educação tem sido muito maior, não é?

O SR. DR. NEIDSON -Na época de pandemia, não é? **(fora do microfone)**.

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - Isso. Na pandemia. Mas foi interessante isso, porque se eu não me engano, não sei se os senhores estiveram acompanhando, mas, o Conselho de Educação, o Estado, envolvendo ali o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os demais Poderes, eles cobraram pela aplicação integral. O interessante é saber que mesmo na época de pandemia, a Constituição não abriu brecha para que não fizesse, deixasse de aplicar o mínimo tanto na Educação como na Saúde. Então foi um desafio, de fato, para o Estado, num momento de pandemia. E, ainda assim, aplicar e conseguir gastar. Tanto é que acho que o reflexo de tudo isso que está acontecendo agora é que, no Senado, está tendo, em andamento, uma proposta para poder suspender a questão da aplicação constitucional na Educação, Saúde, porque nesse Exercício agora é que, de fato, acho que o reflexo da pandemia está sendo sentido. Porque tanto a Secretaria de Educação e de Saúde têm dificuldade de manter os contratos porque muitos fornecedores, para eles, não compensam mais por conta da alta do dólar, a inflação, enfim.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - A alta, né?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - Isso. Está alta. Então foi mais ou menos nesse cenário que não foi suspensa a aplicação mínima, então o Estado se viu obrigado, sim, a executar, não é, cumprir as metas, tal que já têm previstas na Constituição.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Acho que você quis falar o seguinte: que mesmo com a pandemia o governo

tinha a obrigação de aplicar os 25% para a Educação e os 12% para a Saúde. Independente de pandemia ou não. É isso, não é?

O SR. DR. NEIDSON - O pior é que a gente não vê essa aplicação da Educação. Eu visitei várias escolas aí, tem escola aqui de Porto Velho que não tem a parte elétrica, não está funcionando; temos aí a Salomão Silva, lá em Nova Mamoré, que também foi derrubada, praticamente, com o temporal, está até hoje sem a reforma. Várias escolas aí, praticamente sucateadas e, numa época de pandemia que tinham que ser aplicados, a gente não vê, não sei em que foram aplicados esses recursos aí da Educação.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Mas aqui de vocês, é mais a questão técnica, não é?

O SR. DR. NEIDSON - É, veio somente a parte técnica.
(fora do microfone).

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É, só a parte técnica, de demonstrar os balanços, não é? Vimos aqui que o Tribunal de Contas deu parecer favorável, tanto num, como no outro, né? A gente espera que vocês também, como técnicos, vocês são concursados, são todos concursados do Estado, também o parecer de vocês está dentro da normalidade, não é isso?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Sim. Sim.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Então, a gente não tem nem muito o que...

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - É, mas dá para esclarecer algumas questões. Em relação à aplicação, nem todas as despesas são consideradas para efeito de Educação. Tem de ser uma despesa atípica com a Educação. Então tem inúmeras despesas que são feitas e não são realizadas que não são consideradas para índice.

Então, de repente, essa que você está falando é exatamente aquela que não é considerada para efeito da Educação. Entende? Tem que ser pagamento de Folha, tecnicamente, tem que estar numa função específica, numa fonte específica. Tem inúmeras situações para ser considerado nesses indicadores. E...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Paraestar dentro dos 25%?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Para estar dentro dos 25%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Mas no caso do que ele falou, da questão de reforma de escola...

O SR. DR. NEIDSON - Essa parte, é.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Está dentro, sim.

O SR. DR. NEIDSON - É. Entra nos 25%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Entra. Os PROAFs (Programa de Apoio Financeiro), por exemplo...

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Isso. PROAF...

O SR. DR. NEIDSON - Entra dentro dos 25%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Entra para os 25%. O que ele questionou foi isso. Tem muitas escolas que precisam de reforma, de parte elétrica, de pintura e que podia ter sido aproveitado para consertar nesse período que estava sem aula, para quando as aulas agora, vão voltar ao normal, o decreto do Governo, não é? Mas a gente espera que o Governo o faça o mais rápido possível, não é, esses consertos que as escolas precisam.

Outro deputado quer falar alguma coisa? Deputado Lazinho da Fetagro?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu só... Eu tenho sempre uma pergunta, que é incógnita para mim, às vezes até por ser leigo, não é? Diante de toda a arrecadação que o Estado tem, o que representaria o incentivo fiscal que o Estado dá? No Estado? O incentivo fiscal ao setor produtivo, às

empresas, ao comércio, isso representa... Você tem isso? O que representa perante o orçamento?

(Resposta inaudível, fora do microfone)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Não tem como saber? Mas se vocês quiserem e puderem, tem como apresentar esses dados? É uma dúvida que a gente tem porque a gente questiona muito aqui, principalmente, no setor produtivo, os incentivos que são dados e o não cumprimento pelas empresas das leis vigentes, em termos de cumprir para poder receber o incentivo. E aí, eu vi, essa semana, inclusive, vocês da Sefin, fazendo fiscalização em empresas que não estão cumprindo a legislação aprovada, proposta, inclusive, pelo Governo, na época, no que se refere à questão dos laticínios, por exemplo. Então, talvez, Senhor Presidente, eu não sei se eu posso - eu não sou da Comissão, eu sou um convidado...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)- Mas pode. Pode, sim.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Mas apresentar um Requerimento para que a Sefin possa apresentar para esta Comissão o que é que representa o incentivo fiscal, hoje, dado no Estado a todos os setores. Não só ao setor produtivo, perante o orçamento que nós temos. Ou seja, nós temos uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, não é? O que representa isso, o que seria a mais se tivesse sendo

tratada a questão do incentivo fiscal diferente? Poderia verificar isso para nós, se a Comissão quiser?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)- Eu acho que é, juntamente, a Sefin e a Sedi(Superintendência Estadual Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura), porque quem faz essa questão de incentivos fiscais, passa pela Sedi, tudo pela Sedi. Então vocês dois, a Sefin e a Sedi se completam nessa questão que o Deputado fez o Requerimento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO -Passa tudo pela Sefin. Porque é comum, o que a gente ouve? Nós falamos muito essa questão do incentivo fiscal. Acho que é importante que se tenha todas as condições para as empresas se instalarem. Tudo bem. Porém o setor primário não tem, praticamente, incentivo direto. E a gente vê o discurso e as falácias das empresas de que o Estado não tem incentivo fiscal, não dá incentivo fiscal, ou que é muito mínimo, que é muito pouco. É importante que a gente saiba quanto é esse pouco que é dado, para a gente ter noção, inclusive para poder fazer esse debate como precisa ser feito. Está bom? Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON - Na verdade as empresas querem mais incentivos ainda. É a cobrança que eles nos fazem sempre.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É porque tem outros estados, vamos supor, recentemente, eu fui procurado por uma empresa de cerveja de indústria caseira, artesanal, e elas estão com grandes dificuldades de se instalar aqui em Rondônia, deputados, porque o Mato Grosso dá incentivo,

o Paraná dá incentivo, o Mato Grosso do Sul dá incentivo, e Rondônia não dá incentivo. O Amazonas está dando incentivo. E elas não conseguem, como são indústrias caseiras, artesanais, elas precisam de um incentivo específico para se instalar e gerar emprego.

Eu já levei isso para a Sefin, para o Antônio Carlos, ele está fazendo lá um apanhado para ver o que se pode fazer, porque é um caso desses, que o Deputado Lazinho falou, que a gente precisa, a geração de emprego e renda, precisa desse incentivo, principalmente o setor primário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Então, se for de acordo do Senhor Presidente, a gente poder aprovar esse Requerimento e ficar oficial para apresentar.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Deputado Ribamar, quer falar alguma coisa? Deputado Dr. Neidson, quer falar alguma coisa?

O SR. DR. NEIDSON - Só o voto favorável ao Requerimento do Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-Então eu coloco em votação o Requerimento do Deputado Lazinho, que seja feito entre as duas Secretarias, tanto Sefin, como a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), ou Sedi, ou se tem outra Secretaria também afim, para a gente saber, que possa complementar esses dados.

Como vota, Deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu voto favorável.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Você é o relator, é o que solicitou. E o Deputado Ribamar?

O SR. RIBAMAR ARAÚJO -Voto "sim".

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - O Deputado Dr. Neidson já falou "sim".

O Deputado Chiquinho também vota "sim".

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Uma outra dúvida é com relação à despesa pessoal, de pessoal. Eu não consegui acompanhar, qual é a meta? Ou a exigência máxima? A exigência máxima de gasto, 55%, por exemplo...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Ele mostrou ali que é 40 e alguns por cento, alerta...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Isso, 2009... 2020 foi 55% gasto, é isso?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Não. Não. Se não (...) abaixo do limite. Sempre abaixo do limite. **(Fora do microfone. Trechos inaudíveis)**.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Sempre abaixo de 40, se não me engano, que eu vi.

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O que é 55 e 54 que eu vi?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - Volta lá. Isso, despesa com pessoal. Pronto, esse é o limite agora, de 2021. O limite de alerta é 44,10% da Receita Corrente Líquida, e hoje nós estamos em 36% (36,01%).

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - E o limite é 49%, isso?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - Isso. O máximo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Máximo, o limite máximo.
Ok.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - E hoje está quanto?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - 36% (36,01%).

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-36% (36,01%).
Tem uma sobra boa, né?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Aí vem a pergunta: essa economia feita pelo governo, que eu acho super correta, dentro das exigências e do necessário de poder economizar o recurso público, isso é ótimo; agora, essa economia vem de onde? Ela vem de gastos com pessoal? Ela vem de pouco investimento? Ela vem... qual o setor que, principalmente, contribui para esse fator?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Eu acho que a economia que o governo está pregando vem, de fato, de realinhamento de contratos, não é? Revisões de contratos, renegociações de contratos, readequações. Mas eu acho que...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-Mas eu acho que não foi isso que o Deputado Lazineho perguntou. Ele perguntou da questão de economia de pessoal. Acho que ele deixou de contratar, né?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Não, não. Onde é que o Estado economizou? Onde é que ele economizou? Nos contratos? Em menos contratação de pessoal, em menos custos na Folha...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Aumento de arrecadação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Economia na Saúde, economia na Educação, onde foi isso?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Acho que na pandemia teve o Decreto de contingenciamento que limitou os gastos correntes, limitou, de fato, aqueles gastos que o governo poderia fazer escolha. É claro que com Educação e Saúde ele não tem escolha de limitar, ele tem que aplicar os mínimos, não é? Mas ele conteve despesas correntes. Energia, combustível. Nessas despesas ele pôde se conter, tanto é que tinha aquele Decreto de limitação de gastos, mas não de pessoal...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)- Infraestrutura também.

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA-Mas não de pessoal, acho que ele não tem essa escolha de... não teve a escolha de cortar salários, acho que isso não ocorreu.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Nessa parte aí não tem como fazer, não é? Mas não é isso que o Deputado Lazineiro falou. É onde ele economizou para poder gastar só 37% do orçamento com pessoal?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Isso. Onde de fato ele economizou.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-É. São várias vertentes. Pode ser...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Porque tem muitas, por exemplo, nós estamos hoje batendo palmas porque nós economizamos, ótimo. Mas a Saúde, aí é politicamente, não é tecnicamente, a Saúde continua com problemas e um caos. Não é problema de hoje, isso.

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA- Continuam os gastos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Precisando de recursos, não é?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Mas se está economizando em uma área tem que estar investindo. A outra pergunta: onde? Ou está em caixa?

O SR. JURANDIR CLÁUDIO DADDA - É, provavelmente esse recurso esteja em caixa. Tanto é que teve um superávit significativo de 2020 para 2021.E acho que foi, boa parte, reflexo dessa economia com essas despesas correntes.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - O que o Deputado Lazinho quer dizer é o seguinte, na questão da Saúde, tem um caos instalado, vocês todos são conhecedores, toda a sociedade; muitas cirurgias para serem feitas,

principalmente eletivas; construção do hospital lá de Guajará-Mirim para terminar e...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Um bocado de obras.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Um bocado de obras e outras obras...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Remédios, medicamentos, por exemplo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) -...para estrada...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Hoje - só cortando -, hoje nós estamos... Assim, eu volto a repetir: vocês são técnicos, não têm... Mas só para a gente...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) -Aqui é só número, não é? Aqui é só número.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Aqui é uma conversa da sociedade. Não é de deputado nem de técnicos. Nós estamos há 90 dias sem comprar medicamentos de alto custo para pacientes com câncer, e, em determinados momentos é alegado falta de recursos para isso. Se o Estado está fazendo uma coisa inédita - que é economizar -, aí eu acho que é

inédito, porque eu estou aqui há 7 anos no mandato, e é a primeira vez que eu vejo falar, Deputado Ribamar, dessa economia, que eu acho louvável. Por que está faltando na Saúde isso?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - É verdade, Deputado Lazinho. Tem alguns medicamentos do SUS que quem compra é o Governo Federal, que não está comprando.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO- Não, mas agora é uma parte... O Estado está comprando. Está. É...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-Agora é uma parte do Estado, também. E não está comprando. Então a gente fica, a população precisando de medicamentos...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Isso é muito importante para nós, aqui, porque a gente fica sabendo agora que, realmente, não é falácia, que está sendo economizado e que tem dinheiro. E que poderia estar sendo gasto - não é, Deputado Dr. Neidson? Pelo menos que não fosse tudo, e eu acho até bom que não seja, mas nas emergências, principalmente na área de Saúde, poderia ser gasto o recurso.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Que não é proibido...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Não é proibido gastar mais.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Não é proibido gastar mais. A menos, sim; mas a mais, não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO- Pessoal, tranquilo. Tem mais alguma coisa?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)- O que importa é isso. Nós temos a Sessão agora e ainda vou abrir a Comissão de Orçamento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Parabenizo vocês e agradeço pela disponibilidade.E uma hora vou fazer visita lá, que eu ainda não fui, em 3 anos de mandato ainda não fui lá perturbar vocês, não.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) - Então, fica aqui...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O Requerimento aprovado, não é?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)-**Fica o Requerimento aprovado.**

E também fica apresentado, aqui, na Audiência Pública referente ao 3º Quadrimestre de 2020, ao 1º Quadrimestre de 2021 e ao 2º Quadrimestre de 2021.

Quero agradecer a vocês todos por terem vindo, a Sefin, aqui, apresentar a esta Casa esses relatórios. Muito obrigado a todos.

O SR. DR. NEIDSON - Agradecer aí, a toda a equipe técnica que esteve aqui presente, também.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 12 minutos)

(Sem revisão dos oradores)